
SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

A comunicação popular e comunitária como estratégia na luta por políticas sociais

Popular and community communication as a strategy in the struggle
for social policies

La comunicación popular y comunitaria como estrategia en la lucha
por las políticas sociales

Rozinaldo Antonio Miani¹

<https://orcid.org/0000-0003-0014-316X>

Recebido em: 23/09/2024

Aprovado em: 21/10/2024

Resumo: Compreender, dimensionar e problematizar os impactos produzidos pelas tecnologias digitais nas diversas áreas do conhecimento e, principalmente, nos diferentes contextos econômicos e sociais no âmbito das sociedades contemporâneas tornou-se um dos grandes desafios para os intelectuais orgânicos do campo classista popular. Nesse sentido, a partir de procedimentos metodológicos pautados na abordagem qualitativa e com o subsídio da pesquisa bibliográfica não

¹ Professor associado do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pós-doutorado em Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) (Fundação Araucária). Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Assis (SP). Mestrado em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Graduação em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC). Graduação em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0644731048795921>>. E-mails: <rmiani@uel.br> e <mianirozinaldo@gmail.com>.

sistemática, iremos apresentar considerações críticas à perspectiva determinista em relação às tecnologias da informação e da comunicação como constitutivas das atuais formas de articulação entre os processos de produção (regime de acumulação) e de consumo (reprodução social) na ordem do capitalismo mundial em tempos de mundialização do capital, com o objetivo de oferecer bases argumentativas que fundamentem a concepção da comunicação popular e comunitária como estratégia constitutiva da dimensão técnico-operativa a ser assimilada pelo Serviço Social, com vistas a impulsionar os processos de organização e de luta popular e institucional por políticas sociais.

Palavras-chave: comunicação popular e comunitária; tecnologias digitais; TIC; políticas sociais.

Abstract: Understanding, assessing and problematizing the impacts produced by digital technologies in the various areas of knowledge and, mainly, in the different economic and social contexts within contemporary societies has become one of the great challenges for organic intellectuals in the popular class field. In this sense, based on methodological procedures based on the qualitative approach and with the support of non-systematic bibliographic research, we will present critical considerations on the deterministic perspective in relation to information and communication technologies as constitutive of the current forms of articulation between the processes of production (accumulation regime) and consumption (social reproduction) in the order of world capitalism in times of globalization of capital, with the objective of offering argumentative bases that support the conception of popular and community communication as a constitutive strategy of the technical-operational dimension to be assimilated by Social Service, with a view to boosting the processes of organization and popular and institutional struggle for social policies.

Keywords: popular and community communication; digital technologies; TIC; social policies.

Resumen: Comprender, dimensionar y problematizar los impactos producidos por las tecnologías digitales en diferentes áreas del conocimiento y, principalmente, en diferentes contextos económicos y sociales dentro de las sociedades contemporáneas se ha convertido en

uno de los mayores desafíos para los intelectuales orgánicos del ámbito de las clases populares. En este sentido, a partir de procedimientos metodológicos sustentados en un enfoque cualitativo y con el apoyo de investigaciones bibliográficas no sistemáticas, presentaremos consideraciones críticas a la perspectiva determinista en relación con las tecnologías de la información y la comunicación como constitutivas de las actuales formas de articulación entre procesos de producción (régimen de acumulación) y de consumo (reproducción social) en el orden del capitalismo mundial en tiempos de globalización del capital, con el objetivo de ofrecer bases argumentativas que sustenten la concepción de la comunicación popular y comunitaria como estrategia constitutiva de la dimensión técnico-operativa a ser asimilada por el Servicio Social con vistas a impulsar los procesos de organización y lucha popular e institucional por las políticas sociales.

Palabras clave: comunicación popular y comunitaria; tecnologías digitales; TIC; políticas sociales.

Introdução

A nova configuração histórica na ordem do regime de acumulação capitalista – impulsionada pelas mudanças ocorridas a partir do final da década de 1960, demarcada pelo que ficou conhecido como “capitalismo flexível” (HARVEY, 1993) e que consolidou o processo de “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996), reconhecido como condição hegemônica da atual etapa do desenvolvimento e da reprodução sociometabólica do capitalismo mundial – exigiu a constituição de novas forças produtivas para assegurar a intensificação dos processos de acumulação capitalista, bem como o estabelecimento de distintos mecanismos de gerenciamento (e de controle) das relações sociais, com vistas a ampliar as formas de subsunção do trabalho ao capital e aprofundar as condições de alienação, esta entendida como fenômeno histórico-social (MÉSZÁROS, 2006).

No âmbito dos processos produtivos, o complexo de reestruturação produtiva (ALVES, 2000) foi pautado na difusão de inovações tecnológicas e na implementação de novos pressupostos organizacionais e de gestão que têm acarretado uma extraordinária economia do trabalho

vivo, conformando um novo padrão (flexível) de acumulação de capital. Por sua vez, os avanços mais recentes no âmbito das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) em decorrência da respectiva convergência tecnológica – que produziram uma extraordinária mobilidade espaço-temporal – alicerçaram as bases de solidificação, de expansão e de supremacia do capital financeiro, corroborando as análises que já fazia Lênin (1979, p. 45), quando afirmou que “o antigo capitalismo deu lugar ao novo, em que o domínio do capital financeiro substitui o domínio do capital em geral”.

Os desdobramentos mais agudos e intensos da supremacia do capital financeiro favoreceram a dinâmica de acumulação de capital por meio do capital especulativo, mais especificamente caracterizado como “capital fictício”. A tal respeito, François Chesnais (2005, p. 36) afirma que “o mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo, na qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais”. Porém, apesar de reconhecer que “o capital fictício demonstra ter um movimento ‘independente’, interferindo na trajetória da acumulação capitalista” (SABADINI, 2015, p. 88), instituindo mecanismos sofisticados na dinâmica capitalista atual, principalmente por proporcionar ganhos reais aos capitalistas sob a forma de juros ou lucros, é preciso reconhecer que, numa perspectiva de totalidade sistêmica, o mesmo movimento impulsionador do capital rentista não se vale de substância baseada no valor-trabalho, na medida em que “não representa valor algum” (MARX, 1988, p. 7).

A mesma premissa é determinante para os propósitos de nossas reflexões, na medida em que problematizamos a base argumentativa de importantes correntes de pensamento que defendem que a incorporação das tecnologias da informação e da comunicação como força produtiva (em especial, a tecnologia de matriz digital) – que colocou a informação no centro da dinâmica econômica e social – converteu-se na essência do regime de acumulação de capital, tendo (supostamente) constituído uma sociedade pós-industrial (TOURAINÉ, 1970; BELL, 1973; DE MASI, 2002) ou conformado um capitalismo informacional (CASTELLS, 2003).

De nossa parte, apesar de corroborarmos com a perspectiva analítica que afirma a preeminência das tecnologias digitais na consolidação da dinâmica atual do regime de acumulação capitalista, que tem na informação o principal ativo econômico no contexto do capitalismo contemporâneo (PALÁCIO, 2022), não podemos perder de vista que

é no processo de produção capitalista da mercadoria e da mais-valia, derivadas do sistema de produção industrial, que se assentam as bases histórico-ontológicas do modo de produção capitalista (SILVA, 2017; MIANI, 2005). E é justamente na ordem desse *modus operandi* sistêmico do capitalismo que emana a “questão social” como uma expressão da contradição elementar do respectivo modo de produção (IAMAMOTO, 2008; NETTO, 2013) e que fundamenta as bases do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho.

Nesse sentido, faz-se necessário apresentar considerações críticas às perspectivas analíticas que defendem a emergência de um novo paradigma na ordem do regime de acumulação capitalista – em substituição ao paradigma produtivista – como decorrência de uma colonização das tecnologias da informação e da comunicação de base digital, principalmente pela emergência e pela intensificação dos processos de mediatização e de plataformização, para poder explicitar nossa compreensão teórica em relação à dinâmica sociometabólica do capitalismo contemporâneo – e, com isso, compreender o ambiente onde se desenvolvem os processos da luta de classes –, com vistas a cumprir o objetivo proposto com este artigo, que é apresentar bases argumentativas que fundamentam a concepção de comunicação popular e comunitária como estratégia constitutiva da dimensão técnico-operativa a ser assimilada pelo Serviço Social em seu compromisso ético-político e profissional de impulsionar os processos de organização e de luta populares e institucionais por políticas sociais, fundamentadas no princípio do direito a ter direitos.

Todo o percurso analítico está amparado em pesquisa bibliográfica não sistemática, com abordagem qualitativa e embasada no método histórico-dialético. Trata-se de uma trajetória de estudos não pautada pela definição de leituras e autores em bases de dados predeterminados, mas guiada “por assuntos e pelo próprio fluxo das leituras” (BRISOLA, 2021, p. 13), sempre garantindo a coerência epistemológica e teórica na seleção e organização dos componentes conceituais que subsidiam as bases argumentativas aplicadas nas temáticas analisadas.

As tecnologias da informação e da comunicação no contexto da mundialização do capital

Um dos traços característicos da mundialização do capital, evidentemente, é o grande impacto provocado pela introdução das

tecnologias da informação e da comunicação (TIC) de base digital tanto no setor produtivo quanto no setor financeiro. O aprofundamento das relações entre a tecnologia e as diversas atividades econômicas está na base das mudanças que caracterizam a nova etapa de desenvolvimento do capitalismo. É claro que tais relações sempre se fizeram presentes nos diferentes momentos do processo de consolidação do capitalismo; mas, em particular, neste atual período de mundialização do capital, elas estão na própria base do regime de acumulação capitalista.

A caracterização básica das referidas tecnologias tem origem na chamada revolução digital, que se pauta, principalmente, pela convergência entre as telecomunicações e a informática, permitindo ultrapassar fronteiras e regimes políticos, além de romper as barreiras culturais e mesmo as desigualdades socioeconômicas (não promovendo a sua eliminação, mas ignorando-as) na implementação de um “sistema social mundial”.

A confluência tecnológica entre as telecomunicações e a informática se faz particularmente significativa no âmbito das comunicações, o que lhe rendeu o reconhecimento, por parte de Octávio Ianni (1996), de ser “o signo por excelência da modernização”. Em especial, as mídias digitais ganharam importância, porque possibilitam uma informatização do mundo, disponibilizando instantaneamente qualquer informação por todo o globo, rompendo as restrições até então impostas pelo tempo e espaço, passando a desempenhar “o singular papel de intelectual orgânico dos centros mundiais de poder, dos grupos dirigentes das classes dominantes” (IANNI, 1996, p. 95).

Portanto, além de se consolidar como um poderoso meio de fabricação de representações na perspectiva de uma “cultura mundializada”, a comunicação e, mais especificamente, a sua informatização converteram-se em importantes elementos constitutivos do mundo “globalizado”, pois as técnicas eletrônicas e, mais particularmente, as tecnologias digitais compõem “uma vasta e labiríntica máquina universal que opera múltiplas mensagens e está presente em todos os lugares” (IANNI, 1996, p. 99).

Foi justamente esse amplo desenvolvimento no âmbito das tecnologias da informação e da comunicação, patrocinado pela revolução digital, um dos principais fatores que possibilitou o estabelecimento de novas forças produtivas, bem como o aprofundamento da acumulação capitalista baseado na hegemonia do capital financeiro, em função do rompimento de barreiras temporais e espaciais para os investimentos

no chamado “mercado financeiro”, que se tornou muito mais apreciável e interessante (leia-se rentável) do que correr os riscos próprios do investimento no setor produtivo.

De acordo com Chesnais (1996), a mundialização do capital é marcada pelo processo de autonomização do capital financeiro em relação ao capital produtivo; portanto, pode ser compreendido como uma fase específica do processo de internacionalização e valorização do capital. Trata-se de uma mudança efetiva na sua constituição interna, em que o capital financeiro predomina sobre o capital produtivo, em razão de sua maior e mais rápida rentabilidade, tendo impulsionado os grupos industriais a acelerar o seu processo de financeirização. No limite, o que se estabelece é um regime de acumulação sob a dominância da valorização financeira (CHESNAIS, 2001).

Todavia, é preciso advertir que a autonomia adquirida pela esfera financeira no atual estágio de desenvolvimento capitalista só pode ser compreendida enquanto autonomia relativa. É que os capitais que se valorizam na esfera financeira, na forma de lucros, nasceram e continuam nascendo no setor produtivo. Assim, a parcela dos lucros obtida no setor produtivo, que não é reinvestida na produção nem consumida por seus detentores, é “desviada” ao mercado de capitais para empréstimos sob a forma de juros. Ou seja, os valores e os respectivos lucros do capital financeiro não são produzidos na própria esfera financeira, mas se formam a partir da transferência proveniente da esfera da produção, que, além disso, possibilita a constituição de uma nova camada de burguesia. Para Chesnais (1996, p. 290), “as operações próprias à esfera financeira dão origem a camadas da burguesia de caráter essencialmente rentista, no preciso sentido econômico de que os rendimentos de que usufruem provêm de transferências a partir da esfera da produção e circulação”.

Trata-se de um movimento que gera uma dinâmica que conduz à necessidade de maior produtividade no setor produtivo. Assim, mais lucros são obtidos para investimento na ciranda financeira e, com isso, o montante e as margens de lucratividade do capital rentista (resultante de juros) aumentam. Tal movimento levou Chesnais (1997, p. 31) a caracterizar o capital financeiro e monetário como “gigantesca excrescência parasitária vivendo da mais-valia e do sobreproduto”.

A capacidade do capital financeiro de se autossustentar, apesar de sua autonomia relativa, cria uma situação ilusória de que o dinheiro

teria a capacidade de criar valor. No entanto, trata-se apenas de uma miragem, de uma certa “prestidigitação fetichista” (MIANI, 2005), que nos tenta fazer crer que o capital financeiro seja realmente capaz de criar riquezas. Nesse sentido, os jornalistas que atuam nas áreas econômicas, com raras exceções, cumprem com presteza o seu desserviço de propagar a suposta virtude mágica do mercado financeiro. A respeito desse aspecto, Chesnais elucida as condições dessa miragem e, mais do que isso, alerta para os deslocamentos (ganhos *versus* perdas) que se realizam na lógica do sistema financeiro.

A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela mesma não cria nada. Representa a arena onde se joga um jogo de soma zero: o que alguém ganha dentro do circuito fechado do sistema financeiro, outro perde (CHESNAIS, 1996, p. 241).

Apesar disso, a mundialização do capital é reconhecidamente determinada pela lógica do capital financeiro. Chesnais (1997, p. 31) apresenta uma boa sistematização sobre a relação entre a importância e a autonomia relativa do capital monetário, ao afirmar que “a ‘mundialização do capital’ é, mais do que qualquer outra, a do capital monetário, o que conserva a forma dinheiro, valorizando-se no interior da esfera financeira, mas nutrindo-se de punções sobre os rendimentos criados no curso da produção de valor e de mais-valia”.

No entanto, a força ilusória de que as tecnologias digitais poderiam representar a essência de um novo paradigma na lógica sistêmica do modo de produção capitalista levou importantes pensadores a apresentar formulações teóricas com as quais defenderam que os desdobramentos da revolução nas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) teriam promovido a derrocada do *ethos* produtivista. Dentre os referidos autores, destacamos Manuel Castells (2003), que, inclusive, caracterizou a “nova era” como “sociedade de redes” ou “informacionalismo”. A tal respeito, Ruy Sardinha Lopes (2006, p. 16) assevera que

a confluência entre o desenvolvimento do capital financeiro e as TICs – e seu relativo sucesso durante a década de 90, levando ao que se chamou de “nova economia” – fez com que Manuel Castells falasse em

“informacionalismo”, ou em “sociedade de redes”, para marcar o advento de uma nova era, a nossa, onde a informação, o conhecimento e os fluxos dariam as cartas, subvertendo os velhos mecanismos de funcionamento do capital (LOPES, 2006, p. 16).

Mais do que reproduzir os argumentos de Castells, consideramos pertinente apresentar algumas considerações críticas às suas postulações, pois, no limite, o paradigma do “informacionalismo” se constitui como “uma das mais bem acabadas formas de recobrimento ideológico atuantes neste estágio do capitalismo” (LOPES, 2006, p. 19).

Para Lopes (2006, p. 126), Castells elabora uma compreensão equivocada do capitalismo na atualidade, principalmente das relações entre a tecnologia e a sociedade, oferecendo “uma visão imprecisa tanto dos mecanismos da dominação financeira quanto do papel das TICs e das redes nesse processo”, distorcendo a natureza do valor e do papel que a informação e o conhecimento cumprem no processo produtivo. Lopes (2006) aponta que Castells, em suas formulações, defende que no “capitalismo informático” ocorreria uma desconexão entre a produção material e os novos mecanismos de geração de valor, na medida em que a geração de valor seria produto do mercado financeiro.

Sobre o valor da informação, Marcos Dantas (2000; 2022) oferece importantes contribuições, principalmente por reconhecer que, no capitalismo contemporâneo, em especial a partir das plataformas sociodigitais na *internet*, a informação participa de modo decisivo do processo de valorização do capital. Para Dantas (2000, p. 113), “o valor da informação encontra-se justamente no trabalho que poupa, no tempo que algum subsistema social não precisou consumir porque pôde beneficiar-se do resultado da busca feita por algum outro subsistema”.

Enfim, de tudo o que propõe Castells (2003), o que se poderia enfatizar é a sua tentativa de conferir centralidade a uma produtividade tecnologicamente determinada como (nova) caracterização do modo de produção capitalista. A tal respeito, Lopes (2006, p. 112) destaca que Castells se esquece da lição de Marx, em “O Capital”, de que

[...] o trabalho produtivo é aquele que produz, além de valores de uso que tenham mercado, mais-valia para o capital e que essa mais-valia depende, além da incorporação das novas tecnologias (mais-valia relativa), do

grau de exploração da força de trabalho, ou seja, das formas de subsunção do trabalho ao capital. Tal esquecimento, frequente na obra recente de Castells, o leva a ver o lucro capitalista baseado unicamente no “aumento do excedente”, não percebendo que os produtos não passam de “depositários materiais das relações sociais que lhe são inerentes” e que o lucro reside, portanto, na perpetuação das relações de exploração.

Essa breve reflexão se justifica em razão da necessidade de reafirmar a premissa de que todos os modos de desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo, seja de natureza industrial, seja “informacional” (aqui entendida como fundamentadas pelas tecnologias da informação e da comunicação de base digital), têm como condição sociometabólica promover sua subsunção às lógicas de acumulação e, sendo assim, reconhecer que “[...] a supremacia, nos dias atuais, da forma-informação sobre a forma-mercadoria deu-se pelo fato da primeira constituir-se na matéria adequada para o trabalho produtivo” (LOPES, 2006, p. 115-116).

Portanto, nós nos livramos do determinismo tecnológico derivado de concepções teóricas que advogam às tecnologias da informação e da comunicação um caráter supremo na ordem do regime de acumulação capitalista, bem como no contexto das relações sociais de modo geral. Isso nos permite abordar a questão da comunicação – que, na atualidade, não deve se dicotomizar da análise crítica das tecnologias da informação e da comunicação de base digital – no âmbito da dimensão técnico-operativa do Serviço Social sem fetichismos e, mais do que isso, sem perder de vista a perspectiva dialética das políticas sociais como mecanismos complexos e contraditórios indispensáveis, relacionados aos processos de produção e de reprodução do capitalismo (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Comunicação popular e comunitária: uma estratégia a ser apropriada no âmbito da dimensão técnico-operativa do Serviço Social

Na atual ordem da reprodução sociometabólica do capital, marcada pela incontrollabilidade e destrutividade do “capital globalizante” (MÉSZÁROS, 2007), manifesta-se, coetaneamente, um agravamento da questão social em decorrência da intensificação do desemprego

estrutural crônico e da ultraprecarização das condições de trabalho, bem como da banalização das desigualdades sociais e das violências, que impulsionam uma intensa destruição de conquistas históricas dos trabalhadores. Trata-se de uma realidade que repercute no âmbito do Serviço Social na medida em que as políticas sociais reverberam as marcas dos processos de exploração, de expropriação e de opressão derivadas da lógica perversa do sistema capitalista. Na mesma direção, Marilda Villela Iamamoto (2008, p. 118-119) afirma que

a mundialização do capital tem profundas repercussões na órbita das políticas públicas, com suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho. Esse cenário avesso aos direitos nos interpela. Atesta, contraditoriamente, a urgência de seu debate e de lutas em sua defesa, em uma época que descaracterizou a cidadania ao associá-la ao consumo, ao mundo do dinheiro e à posse das mercadorias. A luta pela afirmação dos direitos é hoje também uma luta contra o capital, parte de um processo de acumulação de forças para uma forma de desenvolvimento social, que possa vir a contemplar o desenvolvimento de cada um e de todos os indivíduos sociais.

No presente contexto, urgem desafios no sentido de municiar os múltiplos sujeitos sociais e políticos para que qualifiquem e ampliem seus instrumentos e suas estratégias de luta para o enfrentamento das consequências nefastas da questão social na atualidade. Aqui, estamos aceitando o desafio apresentado por José Paulo Netto (1996, p. 87-88), quando afirmou que “[...] é imprescindível para estabelecer, em face dessas transformações, estratégias socioprofissionais minimamente adequadas para responder às problemáticas emergentes”.

No âmbito específico do Serviço Social, a questão da comunicação – e, por conseguinte, da informação e das tecnologias digitais, que compõem um contexto dialético indicotomizável – merece maior atenção, na medida em que – seja compreendida como “forma social” (BOLAÑO, 2000; BASTOS; BERNARDI, 2022), seja como “mediação” (THOMPSON, 2008; MARTÍN-BARBERO, 2013) – a comunicação ocupa centralidade na lógica dos processos econômicos e sociais contemporâneos.

Portanto, é preciso destacar a valiosa contribuição de Kênia Augusta Figueiredo (2009; 2016; 2018) no sentido de propor e de investir em uma necessária aproximação entre o Serviço Social e a Comunicação. Para a referida autora, “a reflexão sobre a comunicação no exercício profissional do Assistente Social é um desafio. Trata de uma interface entre áreas que possuem uma relação dialética com a dinâmica da vida econômica, política e social do país e do mundo” (FIGUEIREDO, 2009, p. 327). Em seus estudos, Figueiredo reivindica o reconhecimento da comunicação como um direito humano e dá ênfase à contribuição que a comunicação pública pode proporcionar ao Serviço Social. Para Figueiredo (2018, p. 165),

a comunicação pública é um recurso de trabalho que qualifica a linguagem, um instrumento de trabalho do assistente social pouco aprofundado pela categoria, mas igualmente importante, principalmente visto ser este período de informação fácil, com múltiplas possibilidades, mas de pouca densidade nas comunicações.

De nossa parte, consideramos fundamental que o Serviço Social intensifique essa relação interdisciplinar, ou seja, que compreenda e se aproprie de outras contribuições que o campo da Comunicação pode oferecer, principalmente reconhecendo e incorporando a comunicação como uma estratégia integrante da dimensão técnico-operativa, em especial para fortalecer os processos de organização e de luta por políticas sociais. No entanto, é preciso salientar que tal proposição se refere, essencialmente, à especificidade da comunicação popular e comunitária, concebida como uma área da comunicação que “[...] se situa no terreno da transformação social e, portanto, da ação política” (MIANI, 2010, p. 57). De acordo com Rozinaldo Antonio Miani (2010, p. 57),

[...] a comunicação popular e comunitária se constitui como uma comunicação baseada na realidade das classes subalternas e com o objetivo de transformação social, a partir da politização dos sujeitos destas classes e sua consequente emancipação, mediante a proposição de processos comunicativos participativos e de valorização das subjetividades no interior de um determinado grupo social. [...] Nesse sentido, dado o seu caráter de compromisso com o processo de transformação numa

perspectiva anticapitalista, a comunicação popular e comunitária se coloca como instrumento da luta de classes, servindo às classes subalternas como instrumento contra-hegemônico de atuação e de construção de novos valores sociopolíticos identificados pela perspectiva da educação popular.

Considerando-se a natureza interventiva do Serviço Social, bem como a concepção de assistente social como “um intelectual que intervém na realidade social” (FORTI, 2017, p. 17) e que se constitui como agente de transformação da realidade dos usuários e da ordem societária, a comunicação popular e comunitária se apresenta como uma estratégia plenamente pertinente e compatível com as tarefas e os desafios do referido sujeito profissional, principalmente porque, apesar de se situar no âmbito da dimensão técnico-operativa, para a sua efetivação, vislumbra-se a necessidade de mobilizar dialeticamente todas as dimensões do Serviço Social. A tal respeito, Yolanda Guerra (2017, p. 50) afirma que

a intervenção de natureza técnico-operativa não é neutra: ela está travejada pela dimensão ético-política, e esta, por sua vez, encontra-se aportada em fundamentos teóricos, donde a capacidade de o profissional vir a compreender os limites e possibilidades não como algo interno ou inerente ao próprio exercício profissional, mas como parte do movimento contraditório constitutivo da realidade social.

Assim, devemos considerar a comunicação popular e comunitária como elemento estratégico constitutivo da dimensão técnico-operativa e não apenas como instrumental técnico, pois a sua apropriação político-estratégica com vistas a qualificar a atuação interventiva do assistente social no âmbito das políticas sociais implica assimilar o conjunto de ações e procedimentos “visando à consecução de uma determinada finalidade, bem como à avaliação sistemática sobre o alcance dessas finalidades e dos objetivos da ação” (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2017, p. 30). Isso se deve por reconhecer que a dimensão técnico-operativa se constitui de múltiplos elementos, assim como foi descrito por Cláudia Mônica dos Santos, Rodrigo de Souza Filho e Sheila Backx (2017, p. 31), quando afirmam que

[...] a dimensão técnico-operativa é constituída dos seguintes elementos: as estratégias e as táticas definidas para orientar a ação profissional, os instrumentos, técnicas e habilidades utilizadas pelo profissional, o conhecimento procedimental necessário para a manipulação dos diferentes recursos técnico-operacionais, bem como a orientação teórico-metodológica e ético-política dos agentes profissionais.

Apesar de reivindicar sua condição estratégica, a comunicação popular e comunitária se materializa em sua dimensão pragmática por um conjunto de pressupostos teórico-políticos que devem ser considerados e por procedimentos metodológicos que devem ser aplicados. Um desses pressupostos é o de que a referida comunicação seja produzida no âmbito de grupos sociais predominantemente pertencentes às classes subalternas e que seja utilizada com propósitos organizativos e educativos para contribuir com os processos de emancipação política do sujeito social e, invariavelmente, vinculados a movimentos concretos de luta política anticapitalista.

Destarte, os espaços sócio-ocupacionais de atuação do assistente social, “tanto os espaços ocupacionais resultantes da ação do empresário e de segmentos específicos da sociedade civil, quanto os derivados da implementação das políticas sociais de Estado e os acionados pela direção das organizações das classes trabalhadoras” (IAMAMOTO, 2009, p. 344), se apresentam como *locus* privilegiado para a realização da comunicação popular e comunitária, na medida em que se constituem como espaços dinâmicos e dialéticos, porque contêm “elementos simultaneamente reprodutores e superadores da ordem [...], todos eles sujeitos ao impacto das tensões de classe, através de mediações específicas” (IAMAMOTO, 2009, p. 344).

Vislumbramos tal compreensão, pois, nesses espaços, a atuação do assistente social – para além de atuar na elaboração e no gerenciamento de projetos e políticas sociais – procura fortalecer a compreensão dos indivíduos quanto aos seus direitos materializados e negligenciados na lógica e na estrutura de funcionamento das respectivas políticas sociais, bem como pretende estimular o despertar da consciência crítica dos sujeitos envolvidos para, no limite, assumirem seu papel de sujeitos históricos nos processos de transformação social.

Além disso, a comunicação popular e comunitária pressupõe subverter a lógica unidirecional estabelecida nos processos convencionais de

comunicação, ou seja, a sua realização exige romper com a verticalidade entre os polos do emissor e do receptor para que todos os indivíduos que compõem um determinado grupo social se tornem produtores da comunicação a ser desenvolvida, de modo que sejam respeitadas e valorizadas todas as singularidades constitutivas de cada sujeito social integrante. Para tanto, a socialização dos conhecimentos mínimos necessários sobre o fazer comunicacional torna-se uma demanda premente na ordem da formação política popular.

Todo o mencionado processo deve ser estimulado pelo mediador e agente político do respectivo grupo social (neste caso, pelo assistente social), por meio da implementação de processos participativos que possam atingir os maiores níveis de participação possível, preferencialmente com a experimentação de formas de produção e de gestão de práticas comunicativas que se desenvolvam por meio das modalidades participativas da cogestão ou até mesmo da autogestão, que são denominadas por Cicilia Maria Krohling Peruzzo (1998) de “participação-poder”.

De acordo com Miani (2010, p. 57), na comunicação popular e comunitária, a partir do estabelecimento de processos participativos na realização de práticas comunicativas, estimula-se a construção de “vínculos entre os indivíduos, de valorização da afetividade, do desenvolvimento do sentimento de pertencimento, enfim, da constituição de processos de desalienação e de emancipação”. Portanto, a participação, como estratégia política, também se constitui como um pressuposto teórico-político para a comunicação popular e comunitária.

Outro aspecto fundamental a ser considerado é que a comunicação popular e comunitária se constitui como uma especificidade de natureza contra-hegemônica no campo da Comunicação. No mesmo sentido – sem que se perca a sua perspectiva “revolucionária”, com vistas à transformação radical da ordem societária –, é preciso compreender que as lutas sociais e institucionais (e aqui estão inseridas as políticas sociais), como *lócus* de realização concreta da comunicação popular e comunitária, se inscrevem nos processos de disputa de hegemonias no contexto da luta de classes e, portanto, atuam nas contradições em processo.

Sendo assim, dialeticamente, quando se trata de uma sociedade tão desigual, violenta e reacionária como a sociedade brasileira, é preciso considerar que algumas lutas populares por garantias ou ampliação

de direitos, mesmo que representem apenas conquistas reformistas, contêm um valor contra-hegemônico. Por isso, a comunicação popular e comunitária reconhece que as lutas por cidadania, entendidas como ações táticas, têm representado importantes avanços nos processos de mudança social (MIANI, 2021). E aqui identificamos mais um ponto convergente entre a profissão de assistentes sociais e a comunicação popular e comunitária, na medida em que, de alguma maneira, as políticas sociais são o resultado das lutas populares circunscritas à ordem capitalista e, portanto, aos marcos da cidadania.

No entanto, para que o assistente social possa se apropriar e se utilizar da comunicação como estratégia técnico-operativa no âmbito de sua intervenção junto aos espaços sócio-ocupacionais e às políticas sociais, é necessário investir no processo de formação em comunicação no âmbito do curso de Serviço Social, para que o referido sujeito profissional possa compreender plenamente a natureza política e ideológica da comunicação popular e comunitária como estratégia técnico-operativa na luta por políticas sociais, de modo particular, bem como possa analisar criticamente a centralidade da comunicação e da informação na sociedade contemporânea, de um modo geral.

A respeito da necessidade de compreender a presença e os desdobramentos da comunicação como setor estratégico nas sociedades contemporâneas – bem como os impactos das tecnologias digitais nos diferentes contextos econômicos e sociais – para qualificar a atuação do assistente social, Claudiana Tavares da Silva Sgorlon (2014, p. 7) já alertava para a importância de reconhecer “o papel transformador da comunicação em uma sociedade de classes, haja vista que a comunicação é capaz de gerar mobilização social, provocar mudanças, estabelecer estratégias e propagar valores ético-políticos e culturais”.

No que diz respeito à necessidade de formação em comunicação, não se trata de exigir que o assistente social seja um profissional habilitado (leia-se, diplomado) também nessa área para poder operar e impulsionar processos de produção em comunicação com os grupos sociais junto aos quais realiza sua atuação interventiva. Faz-se necessário, no entanto, que a comunicação seja compreendida e apropriada como estratégia constitutiva da dimensão técnico-operativa e, nesse sentido, que faça parte das bases teórico-conceituais que devem ser desenvolvidas nos processos de formação em Serviço Social.

Quanto à necessária reflexão e análise sobre os desafios, os limites e as contribuições efetivas da inserção de disciplinas e temáticas relacionadas ao campo da Comunicação – como área de conhecimento ou como práticas sociais estratégicas no âmbito das sociedades contemporâneas – nos eixos formativos teóricos e técnico-operativos nos cursos de Serviço Social, deixaremos como tarefa para uma outra ocasião.

Considerações finais

Reconhecer a natureza interventiva do Serviço Social inserida na divisão sociotécnica do trabalho implica exigir do assistente social, inspirado no projeto ético-político, que desenvolva competência teórico-metodológica e política para apreender os movimentos dialéticos da realidade com vistas a qualificar sua visão de mundo e, por conseguinte, sua atuação profissional. Nesse sentido, em tempos de mundialização do capital, qualquer análise da realidade social deve levar em conta a importância estratégica das tecnologias da informação e da comunicação de base digital como constitutivas das atuais formas de articulação entre os processos de produção (regime de acumulação) e de consumo (reprodução social) na ordem do capitalismo mundial.

A importância atribuída à comunicação também deve ser considerada em relação à dimensão técnico-operativa do Serviço Social, na medida em que o assistente social pode e deve se apropriar de conhecimentos específicos sobre comunicação para utilizá-la como estratégia nos processos de organização, de formação e de mobilização dos grupos sociais, principalmente na luta por políticas sociais. Para tanto, apresentamos os principais fundamentos teórico-políticos da comunicação popular e comunitária, bem como alguns procedimentos metodológicos que devem ser aplicados nas respectivas práticas comunicativas, por considerar que se trata da especificidade do campo da Comunicação mais pertinente à natureza (política) da atividade desenvolvida pelos assistentes sociais.

À guisa de conclusão, na demanda de produção do conhecimento na área do Serviço Social, reafirmamos a necessidade de intensificar a relação interdisciplinar entre Serviço Social e Comunicação, identificando com precisão as especificidades do referido campo que lhe são pertinentes. Desde já, apresentamo-nos para seguir enfrentando esse desafio, que, certamente, proporcionará contribuições valiosas

para ambos os campos de conhecimento e, mais do que isso, para as respectivas práxis profissionais.

Referências

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

BELL, Daniel. **Advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1973.

BASTOS, Manoel Dourado; BERNARDI, Guilherme. A negatividade imanente da forma social da comunicação no capitalismo financeiro. **Avatares de la comunicación y la cultura**, nº 24, p. 1-19, diciembre 2022. Disponível em: <<https://publicaciones sociales.uba.ar/index.php/avatares/article/view/7612/pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2024.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivonete. **Política social**: fundamentos e história. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Indústria cultural**: informação e capitalismo. São Paulo: Hucitec/Pólis, 2000.

BRISOLA, Anna Cristina Caldeira de Andrada Sobral. **Competência crítica em informação como resistência à sociedade da desinformação sob um olhar freiriano**: diagnósticos, epistemologia e caminhos ante as distopias informacionais contemporâneas (2021). Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1165/1/BRISOLA_ANNA_TESE_A%20CCI%20como%20Resist%c3%aancia.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. Capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Globalização e socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS,

François (org.). **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, custos e consequências. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 35-67.

CHESNAIS, François. “Nova economia”: uma conjuntura específica da potência hegemônica no contexto da mundialização do capital. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, 7 Letras, nº 9, p. 53-85, dezembro de 2001.

DANTAS, Marcos. O valor da informação: trabalho e apropriação no capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro, **Revista Lugar Comum**, nº 9-10, p. 91-121, abr. 2000.

DANTAS, Marcos; MOURA, Denise; RAULINO, Gabriela; ORMAY Larissa. **O valor da informação**: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da *internet*. São Paulo, Boitempo, 2022.

DE MASI, Domenico. **A sociedade pós-industrial**. São Paulo: Ed. Senac, 2002.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. O assistente social na era das comunicações. In: RUIZ, Jefferson Lee de Souza; SALES, Mione Apolinário (orgs.). **Mídia, questão social e Serviço Social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 323-343.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. **Comunicação pública e assistência social**: um estudo sobre os processos comunicativos nos Centros de Referência de Assistência Social/CRAS (2016). Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, Brasília (DF), 2016.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. Comunicação pública: um direito humano em conexão com o Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, nº 36, p. 162-177, jul./dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/21506/pdf>>. Acesso em: 21 set. 2024.

FORTI, Valéria. Prefácio. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2017, p. 15-18.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2017, p. 49-76.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, nº 21, p. 117-139, jul. 2008. Disponível em: <<https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8j7F236BNGDj5r58l1Ax.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 341-375.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LÊNIN, Vladimir I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1979.

LOPES, Ruy Sardinha. **Informação, conhecimento e valor** (2006). Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo. Abril Cultural, 1988.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista** (2005). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Os pressupostos teórico-ideológicos da Comunicação Popular e Comunitária. In: **Caderno de Resumos**. I

Simpósio de Comunicação Popular e Comunitária, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010, p. 57.

MIANI, Rozinaldo Antonio. A Comunicação Popular e Comunitária e as lutas por cidadania como expressão contra-hegemônica. *In*: BASTOS, Pablo Nabarrete; MIANI, Rozinaldo Antonio; SILVA, Denise Teresinha da; SILVA, Suelen de Aguiar (orgs.). **Comunicação para a Cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva**. São Paulo: Intercom; Gênio Editorial, 2021, p.199-219.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 50, p. 87-132, abr. 1996.

NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, nº 1, p. 102-222, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2028/2717>>. Acesso em: 8 ago. 2024.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. **Revista Novos Rumos**, Marília (SP), v. 50, nº 1, p. 1-39, jun. 2013. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657>>. Acesso em: 19 set. 2024.

PALÁCIO, Fábio. A informação como principal ativo econômico do capitalismo contemporâneo. **Blog da Boitempo**, publicado em 4 jul. 2022. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2022/07/04/a-informacao-como-principal-ativo-economico-do-capitalismo-contemporaneo/>>. Acesso em: 3 set. 2024.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PIZZANI, Luciana et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, nº 2, v. 10, p. 53-66, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896/pdf_28>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SABADINI, Mauricio de Souza. Sobre o conceito de capital financeiro. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, nº 30, p. 71-92, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/10935/8388>>. Acesso em: 8 ago. 2024.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; SOUZA FILHO, Rodrigo de; BACKX, Sheila. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. *In*: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2017, p. 25-47.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SGORLON, Claudiana Tavares da Silva. **Comunicação como estratégia política no Serviço Social** (2014). Dissertação (Mestrado em Política Social e Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

SILVA, André Luciano da. **As bases histórico-econômicas do capital fictício n'O Capital de Karl Marx** (2017). Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

THOMPSON, John Brookshire. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

TOURAINÉ, Alain. **Sociedade pós-industrial**. Lisboa. Moraes Editores, 1970.